



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, LGBTQIAPN+, POVOS TRADICIONAIS E
POVOS ORIGINÁRIOS

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2024 SOBRE A
SOLICITAÇÃO DE DESOCUPAÇÃO DOS IMÓVEIS DE MORADORES DO BELA VISTA, NO
PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU.**

Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, às dezenove horas e treze minutos, no Plenário da Câmara de Vereadores de Canguçu, a vereadora membro da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, LGBTQIAPN+, Povos Tradicionais e Povos Originários, no exercício da presidência, Iasmin Roloff Rutz declarou aberta a audiência pública. Realizou a leitura do Edital nº 12/2024 – AP, que designou a audiência com objetivo de tratar sobre a solicitação de desocupação dos imóveis de moradores do Bela Vista. Também, realizou a leitura do requerimento de solicitação da audiência. A Presidente agradeceu a presença de todos e citou as autoridades presentes. Compuseram a mesa, além da Presidente, o vereador membro da comissão promovente Jardel Souza de Oliveira, o Prefeito de Canguçu Marcus Vinicius Muller Pegoraro, a Procuradora do Município Fernanda Diaz Flores e a Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos Eduarda Alves Bolfe. Estiveram presentes os seguintes vereadores: Arion Braga, Carlos Eduardo, Emerson Machado, Mauro Silveira, Oraci Teixeira, Leandro Ehlert, Cesar Madrid, Diego Wolter, Xico Vilela, Marcelo Maron e Ubiratan Rodrigues. A Presidente Iasmin justificou a ausência do vereador Luciano Bertinetti, que passava por problemas de saúde. Na sequência, disponibilizou a palavra ao representante do Poder Executivo Federal Guilherme Genro, que é assessor da Diretoria de Habitação na Secretaria Extraordinária da Presidência da República de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, e participou da audiência de maneira virtual. Com a palavra, Guilherme relatou que tomou conhecimento das notificações emitidas pela Caixa Econômica Federal aos moradores dos condomínios Bela Vista pela vereadora Iasmin. Esclareceu que se trata de procedimento comum no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida, pois existe subsídio da Caixa de valor elevado e é exigido que os moradores permaneçam no imóvel pelo período de dez anos sem possibilidade de cedência ou locação a terceiros. Disse que a solução não será a mesma para todos casos e orientou a busca de diálogo com a Caixa antes de qualquer ação judicial. Colocou-se a disposição para auxiliar nas tratativas para que as famílias não percam suas moradias. A seguir, a Presidente disponibilizou a palavra aos componentes da Mesa. Com a palavra, o Prefeito Vinicius Pegoraro falou que após tomar conhecimento da situação, na última segunda-feira, buscou contato com a Caixa Econômica Federal e participou de reunião virtual com representantes da Instituição. Relatou processo de disponibilização de imóveis pela Prefeitura, que é realizado embasado em laudo da assistência social. Disse que em dois mil e vinte um repassou à Caixa levantamento social objetivando solução de desvios, e neste ano um escritório de advocacia realizou levantamento de irregularidades em habitações sociais e impetrou denúncia em âmbito nacional. Que baseada nessa denúncia que foram emitidas as notificações. Que o Bela Vista é empreendimento da Caixa e não da



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, LGBTQIAPN+, POVOS TRADICIONAIS E
POVOS ORIGINÁRIOS

Prefeitura. Que papel da Prefeitura é o trabalho social e a indicação dos necessitados. Que frente as notificações, o Município fará novo levantamento e elaborará laudos sociais, de forma técnica e dentro da legislação, para apoiar os moradores afetados e repassar à Caixa Econômica. Com a palavra, a Procuradora Fernanda esclareceu que a correspondência emitida pela Caixa tem papel de controle e fiscalização frente as cobranças efetuadas à Instituição Financeira. Disse que é importante ter serenidade neste momento. Que quem indica os ocupantes dos imóveis é a Prefeitura e que em reunião com a Caixa ficou acordado que a Prefeitura repassará relatório com situação dos moradores do Condomínio. Que a unidade da Caixa Pelotas se mostrou sensível a situação, porém a decisão provavelmente será tomada em nível nacional. Orientou os moradores a não entregarem suas chaves. Com a palavra, a Secretária de Assistência Social Eduarda orientou aos moradores que não entreguem suas chaves e que a Secretaria está trabalhando em regime de mutirão para elaboração dos laudos sociais. Na sequência, foi disponibilizada a palavra aos vereadores presentes. Com a palavra, Cesar Madrid, disse que o momento é para solucionar os problemas da comunidade. Que deve-se ter calma e a solução passa pela Caixa e pela Prefeitura. Com a palavra, Mauro Silveira disse que é uma situação de dificuldade, mas também de oportunidade para regularizar a situação dos moradores que realmente necessitam dos imóveis. Com a palavra, Jardel Oliveira alertou a necessidade de apoio do poder público e ratificou a orientação para que ninguém saia de seu imóvel até a regularização da situação. Com a palavra, Ubiratan Rodrigues disse que é uma oportunidade para buscar regularização dos imóveis e sanar insegurança dos moradores. Que a Caixa poderia se aproximar dos moradores invés de emitir notificações. Com a palavra, Marcelo Maron disse que é um alento ouvir o respaldo do Município para que moradores não saiam de casa. Com a palavra, Arion Braga solicitou uma força tarefa para agilizar a solução do problema e que a assistência social atenda idosa moradora do condomínio que passa por necessidades. Com a palavra, Leandro Ehlert disse que a aproximação com os moradores é importante e é necessário a busca de regularização das moradias. Com a palavra, Diego Wolter disse que é uma pauta preocupante e a união na busca da solução e regulamentação da situação é importante. Com a palavra, Oraci Teixeira ressaltou a importância da escolha dos gestores públicos para realizar um levantamento adequado e seleção de pessoas com real necessidade de receber algum imóvel. Com a palavra, Carlos Eduardo disse que é necessário buscar encaminhamentos e seria necessário contatar a Caixa para tratar da solução individualmente com cada morador. Com a palavra, Iasmin evidenciou que é importante finalizar a audiência com a formação de um comissão formada por vereadores, representantes do Executivo Municipal e dos moradores para manter diálogo com a Caixa e buscar a solução da situação. Posteriormente, foi a disponibilizada a palavra à plateia. Andrele cientificou caso de senhora que participou do programa de habitação, paga parcelas há nove anos, nunca ocupou o imóvel, e a Caixa recusa auxílio e entrega do contrato para buscar medidas judiciais. Rubens Vargas disse que a Caixa foi irresponsável e os moradores estão pedindo socorro. Que o levantamento social deve ser realizado dentro dos condomínios.



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, LGBTQIAPN+, POVOS TRADICIONAIS E POVOS ORIGINÁRIOS

Andrea disse que a Caixa nunca participou das audiências ou se preocupou com a situação dos condomínios. Relatou caso de moradora despejada pela Instituição e de moradora que levou oito anos para regularizar seu imóvel. Bianca referiu que há descaso, e pediu apoio para que ocupantes não percam seus imóveis. Fabiane disse que os moradores estão desamparados e não há caixa de água no condomínio. Relatou que há apartamentos desocupados que poderiam ser habitados por pessoas necessitadas. Encerradas as manifestações da plateia, a Presidente disponibilizou a palavra para considerações finais e repostas de perguntas. A Procuradora Fernanda ressaltou que o papel da Prefeitura é verificar a situação social e necessidade de moradia da pessoas. Disse que questões documentais devem ser vistas com a Caixa. A Secretária Eduarda disse que observará a possibilidade de realizar os atendimentos no salão de festas do condomínio e realçou a importância de buscar o atendimento. Sabrina, síndica do Bela Vista 2, questionou qual procedimento deverá ser adotado por moradores que alugam imóveis. A Procuradora Fernanda destacou que a orientação é para que os moradores não deixem seus imóveis. A Secretária Eduarda evidenciou a importância de preencher o laudo social para uma possível realocação de imóvel. Seguidamente, a Presidente disponibilizou a palavra para mais duas manifestações da plateia. Fernando relatou coleta de dados dos moradores no condomínio, orientação para que moradores não deixem seus imóveis, e necessidade de pagamento de taxa de condomínio para as adequadas manutenções. Ritiele disse que os moradores dos condomínios são trabalhadores e estão esquecidos, sem amparo da Caixa e da Prefeitura. Solicitou apoio das autoridades. Em seguida, foi formada comissão para dar continuidade as tratativas, sendo composta pela vereadora Iasmin, vereador Jardel e vereador Marcelo, representando o Legislativo, pela Procuradora Fernanda e pela Secretária Eduarda, representando o Executivo, pelos moradores Vilmar, Fernando e Leila, representando o condomínio Bela Vista 1, e pelos moradores Dorotea, Sabrina e Erminda, representando o condomínio Bela Vista 2. Nada mais havendo a tratar, as vinte e uma horas e dois minutos, a Presidente encerrou a audiência, sendo que eu, o Auxiliar Legislativo Natanael Voss, lavrei a presente ata.

IASMIN ROLOFF RUTZ

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, LGBTQIAPN+, Povos
Tradicionais e Povos Originários



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0E91-0376-32E4-A0BB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



IASMIN ROLOFF RUTZ (CPF 024.XXX.XXX-82) em 13/09/2024 10:57:26 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://camaracangucu.1doc.com.br/verificacao/0E91-0376-32E4-A0BB>